

STJ00107333

Daniel Raizman

Manual de  
**DIREITO**  
**PENAL**

PARTE GERAL

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53604-52-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Raizman, Daniel

Manual de direito penal : parte geral / Daniel Raizman. –  
São Paulo : Saraiva Educação, 2019.Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)
**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Daniel Pavani Naveira

**Produção editorial** Luciana Cordeiro Shirakawa  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Ferrmino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Fernando Penteadó  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Fernando Alves

**Diagramação e revisão** Textos & Livros

**Capa** Bruno Ortega

**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Corprint

1. Direito penal 2. Direito penal – Brasil I. Título.

18-1420

CDU 343(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal 343(81)

**Data de fechamento da edição: 16-1-2019**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605419 CAE 630409



## SUMÁRIO

<i>Nota do autor</i> .....	21
----------------------------	----



### **PARTE I**

#### FUNDAMENTOS GERAIS

<b>1</b> DIREITO PENAL. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, CONCEITO E CARACTERES .....	27
1. Pressupostos teóricos .....	27
2. Conceito de direito penal.....	33
3. Caracteres .....	39
<b>2</b> O DIREITO PENAL E O SABER CRIMINOLÓGICO.....	41
1. Contextualização das contribuições do saber criminológico. ....	41
2. O processo de criminalização.....	42
<b>3</b> A PENA E A SUA FUNÇÃO .....	53
1. Introdução .....	53
2. Modelos decisórios de conflitos .....	53
3. A pena e sua relevância discursiva .....	56
4. Conceito de pena.....	57
5. Dimensão política da pena .....	59
6. A funcionalidade da pena ou as teorias da pena.....	63
6.1 Teorias legitimadoras da pena .....	63
6.1.1 Teorias absolutas .....	63
6.1.2 Teorias utilitárias.....	64
6.1.2.1 Teorias da prevenção geral negativa.....	65
6.1.2.2 Teorias da prevenção geral positiva.....	66
6.1.2.3 Teorias da prevenção especial positiva....	68
6.1.2.4 Teorias da prevenção especial negativa ...	70

6.1.2.5	Teorias da união.....	70
6.1.2.6	Direito penal mínimo .....	71
6.2	Teorias deslegitimadoras .....	72
6.2.1	Teoria agnóstica da pena.....	72
6.2.2	A pena como expressão das razões de estado.....	72
<b>4</b>	<b>UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DO PODER PUNITIVO .....</b>	<b>75</b>
<b>5</b>	<b>PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>85</b>
1.	Introdução .....	85
2.	Princípio da humanidade ou da dignidade da pessoa humana	86
2.1	Enunciado .....	86
2.2	Implicações: proibição de penas cruéis, desumanas ou degradantes .....	87
3.	O princípio da ação humana.....	88
3.1	Enunciado .....	88
3.2	Implicações do princípio da ação humana.....	90
3.2.1	Consideração do mundo físico.....	90
3.2.2	Consideração da relação de causalidade .....	91
3.2.3	Reserva da intimidade .....	91
4.	O princípio da legalidade.....	91
4.1	Enunciado .....	91
4.2	Implicações do princípio da legalidade.....	92
4.2.1	<i>Lex scripta</i> .....	92
4.2.2	<i>Lex stricta</i> .....	93
4.2.3	<i>Lex certa</i> .....	95
4.2.4	<i>Lex praevia</i> .....	95
4.3	O princípio da legalidade e a lei penal em branco .....	96
5.	Princípio da lesividade .....	97
5.1	Enunciado .....	97
5.2	Implicações do princípio da lesividade.....	100
5.2.1	Exigência de conflito de interesses .....	100
5.2.2	Princípio da insignificância.....	101
5.2.3	Princípio da proporcionalidade da pena .....	105
6.	Princípio da culpabilidade.....	105
7.	Princípios específicos referentes à resposta punitiva.....	107
7.1	Princípio da intranscendência da pena.....	107

7.2	Princípio da individualização da pena.....	108
7.3	Princípio da proibição da dupla valoração ou punição ...	110
8.	Princípio da intervenção mínima .....	111
8.1	Proscrição da grosseira inidoneidade da criminalização	112
8.2	Proscrição da grosseira inidoneidade do poder punitivo	112
8.3	Limitação máxima da resposta contingente.....	113



## PARTE II

### TEORIA DA LEI PENAL

<b>6</b>	LEI PENAL COMO OBJETO DE CONHECIMENTO .....	117
1.	A lei penal. Classificação e estrutura .....	117
2.	O método .....	118
<b>7</b>	VALIDADE TEMPORAL DA LEI PENAL .....	120
1.	Considerações gerais .....	120
2.	Momento do crime .....	122
3.	Extensão da aplicação dos princípios de ultra-atividade e retroatividade.....	123
4.	Contagem do prazo.....	124
5.	A retroatividade da jurisprudência .....	125
<b>8</b>	VALIDADE ESPACIAL DA LEI PENAL .....	126
1.	Considerações gerais .....	126
2.	A territorialidade da lei penal. Princípios da territorialidade e do pavilhão .....	127
3.	Lugar do crime.....	129
4.	A extraterritorialidade da lei penal. Aplicação dos princípios da nacionalidade ou personalidade; real ou da defesa; e da universalidade .....	130
4.1	Extraterritorialidade incondicionada.....	131
4.2	Extraterritorialidade condicionada.....	131
5.	Cumprimento da pena no estrangeiro.....	133
6.	Eficácia da sentença estrangeira .....	133
6.1	Requisitos para homologação .....	133
6.2	Efeitos da sentença estrangeira homologada .....	133
6.3	Efeitos da sentença estrangeira sem homologação .....	134

<b>9</b>	<b>VIGÊNCIA PESSOAL DA LEI PENAL .....</b>	<b>135</b>
1.	A lei penal e as imunidades .....	135
1.1	As imunidades diplomáticas .....	135
1.2	As imunidades parlamentares.....	135
2.	Medidas de retirada compulsória de estrangeiro do território nacional: repatriação, deportação, expulsão e extradição .....	136
2.1	Repatriação .....	136
2.2	A deportação .....	137
2.3	Expulsão .....	138
2.4	Extradição .....	138



### **PARTE III**

#### **O CRIME**

<b>10</b>	<b>ESTRUTURA DA TEORIA DO CRIME. PRINCIPAIS MODELOS.....</b>	<b>147</b>
1.	Lineamentos .....	147
2.	Evolução da teoria do crime .....	149
<b>11</b>	<b>AÇÃO.....</b>	<b>156</b>
1.	Base construtiva.....	156
2.	Estrutura da conduta.....	159
3.	Ausência de conduta .....	161
4.	Impossibilidade de responsabilizar penalmente a pessoa jurídica .....	162
<b>12</b>	<b>TIPICIDADE.....</b>	<b>163</b>
1.	Conceitualização da tipicidade .....	163
1.1	Definição do âmbito da proibição legal .....	163
1.1.1	O conceito do tipo penal e sua estrutura .....	163
1.1.2	Evolução do conceito de tipo penal.....	164
1.1.3	A função política da tipicidade .....	165
1.1.4	Estrutura da tipicidade.....	166
1.2	A relação entre tipicidade e antijuridicidade .....	167
1.3	A aplicação da lei penal .....	168
2.	Tipo ativo doloso .....	169
2.1	Introdução: estrutura do tipo ativo doloso.....	169
2.2	O aspecto objetivo formal ou com função sistemática ...	170

2.2.1	Estrutura do aspecto formal ou com função sistemática dos tipos de atividade ou crimes formais..	173
2.2.1.1	A ação .....	173
2.2.1.2	Imputação objetiva da ação.....	175
2.2.2	Estrutura do aspecto formal ou com função sistemática dos tipos de resultado .....	175
2.2.2.1	O resultado.....	175
2.2.2.2	Relação objetiva entre ação e resultado ...	177
2.2.2.2.1	Nexo de causalidade.....	177
2.2.2.2.2	Imputação objetiva do resultado .....	181
2.2.3	Outros elementos do tipo objetivo formal ou com função sistemática .....	185
2.2.3.1	Sujeitos ativo e passivo .....	185
2.2.3.2	Elementos interpretáveis e valorativos ....	186
2.3	O tipo objetivo material ou com função conglobante.....	188
2.3.1	Configuração .....	188
2.3.2	Estrutura do aspecto objetivo material ou com função conglobante. A conflitividade .....	189
2.3.2.1	Lesão ou perigo concreto relevante para o bem jurídico.....	189
2.3.2.2	Conflito de interesses .....	191
2.3.3	Hipóteses de ausência de conflitividade .....	191
2.3.3.1	Falta de lesão ou perigo concreto relevante para o bem jurídico .....	192
2.3.3.2	Consentimento do sujeito passivo da conduta.....	193
2.3.4	<i>Excursus</i> : sobre a ausência de cumprimento de um dever legal .....	197
2.4	Aspecto subjetivo .....	198
2.4.1	Estrutura do aspecto subjetivo do tipo ativo doloso	198
2.4.2	O dolo.....	198
2.4.2.1	Dolo direto .....	200
2.4.2.2	Dolo eventual .....	201
2.4.2.3	Dolo eventual e teoria da cegueira deliberada.....	203
2.4.3	Elementos subjetivos distintos do dolo .....	205

2.4.4	Hipóteses de atipicidade por ausência de dolo .....	206
2.4.4.1	Ausência de dolo por erro de tipo .....	206
2.4.4.2	Erro sobre elementos eventuais do tipo...	208
2.4.4.3	Erros sobre a causalidade .....	209
2.4.4.3.1	Resultado diverso do pretendido ou <i>aberratio criminis</i> .....	209
2.4.4.3.2	Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	210
2.4.4.3.3	Erro no objeto e erro na pessoa	211
2.4.4.3.4	<i>Dolus generalis</i> .....	212
3.	Tipo ativo imprudente .....	213
3.1	Considerações gerais .....	213
3.2	Estrutura do tipo ativo imprudente .....	214
3.2.1	Aspecto objetivo formal ou com função sistemá- tica .....	214
3.2.1.1	O resultado.....	214
3.2.1.2	Previsibilidade do resultado.....	215
3.2.1.3	Violação de um dever de cuidado .....	216
3.2.1.4	Relação objetiva entre ação e resultado ...	217
3.2.1.4.1	Nexo de causalidade.....	217
3.2.1.4.2	Imputação objetiva do resultado	217
3.2.1.5	Outros elementos do tipo objetivo sistemá- tico.....	219
3.2.2	Culpa temerária e não temerária .....	220
3.2.3	Aspecto objetivo material ou com função conglo- bante .....	220
3.2.3.1	Lesão a um bem jurídico .....	220
3.2.3.2	Conflito de interesses - Ausência de con- sentimento do sujeito passivo.....	221
3.3	Aspecto subjetivo do tipo imprudente .....	222
4.	Tipo Omissivo.....	225
4.1	Configuração.....	225
4.2	Estrutura do tipo omissivo doloso .....	227
4.2.1	Aspecto objetivo formal ou com função sistemá- tica .....	227
4.2.2	Estrutura do tipo omissivo formal.....	228
4.2.2.1	Situação típica omissiva.....	228



4.2.2.2	Realização de conduta diferente da devida	228
4.2.2.3	Possibilidade de realizar a conduta devida	229
4.2.2.4	Imputação objetiva na omissão .....	229
4.2.2.4.1	Posição de garantidor .....	229
4.2.3	Estrutura do tipo omissivo de resultado .....	232
4.2.3.1	Situação típica omissiva, realização de conduta diferente da ordenada, possibilidade de realizar a conduta ordenada e resultado .....	232
4.2.3.2	Relação objetiva entre a omissão e o resultado .....	232
4.2.3.2.1	Nexo de evitabilidade.....	232
4.2.3.2.2	Imputação do resultado da omissão como obra do agente.....	233
4.2.3.2.3	Posição de garantidor .....	233
4.2.4	Aspecto objetivo material ou com função conglomerante .....	234
4.2.5	Aspecto subjetivo do tipo omissivo doloso.....	234
4.3	Estrutura do tipo omissivo imprudente.....	235
<b>13</b>	<b>PROBLEMAS PARTICULARES DA TIPICIDADE.....</b>	<b>237</b>
1.	Aspectos gerais .....	237
2.	Etapas do delito.....	239
2.1	Considerações gerais .....	239
2.2	O <i>iter criminis</i> .....	240
2.3	Atos preparatórios .....	241
2.4	Tentativa .....	243
2.4.1	Estrutura da tentativa .....	243
2.4.2	Limites da tentativa - Atos preparatórios e começo de execução .....	244
2.4.3	Classificação da tentativa .....	245
2.4.4	Punição da tentativa .....	248
2.4.5	Crimes que não admitem tentativa.....	249
2.5	A consumação e o exaurimento .....	251
2.6	Problemas especiais da consumação. Crime instantâneo de efeitos permanentes e crimes permanentes .....	251
2.7	Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior .....	252

3. Concurso de crimes.....	253
3.1 Considerações gerais .....	253
3.2 A unidade de conduta.....	254
3.3 O crime continuado.....	255
3.3.1 Conceito .....	255
3.3.2 Crime continuado comum.....	257
3.3.3 Crime continuado específico (art. 71, parágrafo único, do CP) .....	258
3.3.4 Consequências.....	258
3.4 Concurso formal.....	259
3.4.1 Conceito .....	259
3.4.2 Classificações do concurso formal.....	260
3.4.3 Consequências.....	261
3.5 Concurso material .....	261
3.5.1 Conceito .....	261
3.5.2 Consequências.....	262
3.6 Concurso de crimes e pena de multa .....	263
3.7 Concurso aparente de normas.....	263
3.7.1 Especialidade ( <i>lex specialis derogat lex generali</i> ) .	265
3.7.2 Consunção ( <i>lex consumens derogat legi consumptae</i> )	266
3.7.3 Subsidiariedade ( <i>lex primaria derogat legi subsi-</i> <i>diariae</i> ) .....	269
3.8 Situações especiais .....	270
3.8.1 Crimes por acumulação: delitos de conjunto ou coletivos .....	270
3.8.2 Pluralidade de sujeitos passivos.....	271
4. Concurso de pessoas .....	273
4.1 Considerações gerais .....	273
4.2 Autoria.....	274
4.2.1 Teorias diferenciadoras da autoria.....	274
4.2.2 Opção construtiva.....	276
4.2.3 Tipos de autoria .....	277
4.2.3.1 Estruturas dolosas.....	277
4.2.3.2 Estruturas imprudentes.....	282
4.3 Participação.....	283
4.3.1 Conceito .....	283
4.3.2 Estrutura da participação.....	284
4.3.3 Formas de participação .....	285

4.4	Concorrência em crime de menor gravidade .....	287
4.5	Das circunstâncias incommunicáveis.....	287
4.6	A resposta punitiva no concurso de pessoas.....	288
4.7	Crime de concurso necessário .....	289
<b>14</b>	<b>ANTI JURIDICIDADE.....</b>	<b>291</b>
1.	Configuração da antijuridicidade.....	291
2.	Características da antijuridicidade e estrutura.....	292
3.	Estrutura da antijuridicidade.....	292
4.	Causas de justificação .....	293
4.1	Legítimo exercício de um direito.....	293
4.2	Legítima defesa .....	295
4.3	Estado de necessidade .....	298
4.4	Estrito cumprimento de um dever legal .....	300
5.	Excesso nas causas de justificação .....	301
<b>15</b>	<b>CULPABILIDADE.....</b>	<b>303</b>
1.	Configuração .....	303
2.	Evolução do conceito .....	305
3.	Estrutura da culpabilidade .....	306
4.	Possibilidade de exigir a compreensão da ilicitude.....	307
5.	Hipóteses de ausência de possibilidade de exigir a compreensão da ilicitude .....	307
5.1	Inimputabilidade.....	307
5.1.1	Menor de idade do agente .....	308
5.1.2	Doença mental.....	308
5.1.3	A embriaguez e o consumo de substâncias de efeitos análogos .....	309
5.2	O erro de proibição.....	310
5.3	O erro na culpabilidade e na punibilidade .....	314
5.4	Efeitos dos erros sobre a ilicitude.....	314
6.	Possibilidade de atuar conforme o direito .....	315
7.	Hipóteses de impossibilidade de atuar conforme o direito ...	316
7.1	A coação moral irresistível.....	316
7.2	A obediência hierárquica .....	316
7.3	Incapacidade para dirigir as ações conforme o âmbito de compreensão da ilicitude .....	317

7.4	Causas supralegais de exculpação .....	318
7.4.1	Objecção de consciência .....	318
7.4.2	Provocação mediante injusta agressão da situação de legítima defesa .....	318
7.4.3	Conflito de deveres .....	318
7.4.4	Desobediência civil.....	319



## **PARTE IV**

### **AS CONSEQUÊNCIAS DO DELITO**

<b>16</b>	<b>A RESPOSTA PUNITIVA.....</b>	<b>323</b>
1.	Aspectos gerais .....	323
2.	Espécies de penas.....	324
<b>17</b>	<b>PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>327</b>
1.	Disposições gerais .....	327
1.1	Tipos de penas privativas de liberdade.....	327
1.2	Regras gerais de cumprimento da pena privativa de li- berdade .....	328
1.3	Regimes penitenciários.....	333
1.3.1	Regime fechado .....	333
1.3.2	Regime semiaberto .....	334
1.3.3	Regime aberto.....	336
1.3.4	Regime inicial de cumprimento de pena .....	337
1.3.5	Progressão de regime .....	340
1.3.5.1	Sistema geral .....	340
1.3.5.2	Progressão em crimes hediondos .....	342
1.3.5.3	Falta de vagas.....	343
1.3.6	Regressão de regime .....	345
1.4	Regime penal diferenciado .....	345
1.5	Monitoração eletrônica .....	348
1.6	Remição .....	349
1.7	Detração penal .....	351
1.8	A pena privativa da liberdade antes da condenação defi- nitiva.....	352
1.8.1	Uso de algemas .....	353
1.8.2	Prisão domiciliar .....	354

1.8.3	Progressão de regime .....	354
1.8.4	Regime penal diferenciado .....	355
1.9	<i>Excursus</i> : prisão antes do trânsito em julgado .....	355
1.9.1	Considerações gerais .....	355
1.9.2	Hipóteses de prisão cautelar .....	358
1.9.2.1	Prisão em flagrante .....	358
1.9.2.2	A prisão preventiva .....	359
1.9.2.3	A prisão temporária .....	363
1.9.2.4	Prisão decorrente de sentença condenatória com trânsito em julgado .....	365
1.9.2.5	Cumprimento especial da prisão preventiva .....	367
2.	Aplicação da Pena Privativa de Liberdade .....	368
2.1	Considerações gerais .....	368
2.2	Cálculo da pena .....	368
2.2.1	Primeira fase .....	369
2.2.1.1	Considerações gerais .....	369
2.2.1.2	Circunstâncias judiciais em particular ....	371
2.2.2	Segunda fase .....	374
2.2.2.1	Considerações gerais .....	374
2.2.2.2	Circunstâncias agravantes em particular	375
2.2.2.3	Circunstâncias agravantes no caso de concurso de pessoas .....	378
2.2.2.4	Circunstâncias atenuantes .....	378
2.2.2.5	Concorrência de circunstâncias de agravção e atenuação .....	379
2.2.3	Terceira fase .....	380
2.2.3.1	Considerações gerais .....	380
2.3	Limites das penas .....	382
<b>18</b>	<b>PENA RESTRITIVA DE DIREITOS .....</b>	<b>384</b>
1.	Considerações gerais .....	384
2.	Requisitos para a substituição .....	384
3.	Espécies de penas restritivas de direitos .....	386
4.	Forma de substituição e duração da pena restritiva de direitos	387
5.	Conversão de pena restritiva de direitos por pena privativa de liberdade .....	389

<b>19</b>	<b>SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA</b> .....	390
	1. Considerações gerais .....	390
	2. Momento de aplicação da suspensão condicional da execução da pena .....	390
	3. Espécies de suspensão da execução da pena .....	391
	3.1 <i>Sursis</i> simples .....	391
	3.2 <i>Sursis</i> etário e <i>sursis</i> humanitário .....	392
	3.3 <i>Sursis</i> especial .....	392
	4. Trâmite .....	393
	5. Revogação .....	393
	6. Prorrogação do prazo de suspensão da execução da pena .....	394
	7. Cumprimento das condições .....	394
<b>20</b>	<b>PENA DE MULTA</b> .....	395
	1. Considerações gerais .....	395
	2. Parâmetros da pena de multa .....	395
	3. Determinação da pena de multa .....	395
	4. Multa substitutiva .....	396
	5. Pagamento da multa .....	397
	6. Pena de multa e mandado de segurança .....	398
<b>21</b>	<b>MEDIDAS DE SEGURANÇA</b> .....	399
	1. Considerações gerais .....	399
	2. Pressupostos de aplicação.....	400
	3. Espécies de medidas de segurança .....	400
	4. Duração da medida .....	401
<b>22</b>	<b>EFEITOS PARTICULARES DA CONDENAÇÃO</b> .....	403
	1. Considerações gerais .....	403
	2. Efeitos genéricos.....	404
	3. Efeitos específicos .....	406
	4. Efeitos particulares de determinados crimes.....	408
<b>23</b>	<b>LIVRAMENTO CONDICIONAL</b> .....	410
	1. Considerações gerais .....	410
	2. Requisitos .....	410
	2.1 Livramento condicional de condenado .....	410
	2.2 Livramento condicional de preso cautelar .....	413

3. Condições do livramento.....	413
4. Revogação do livramento.....	414
5. Extinção da pena.....	415
<b>24 REABILITAÇÃO.....</b>	<b>417</b>
1. Conceito.....	417
2. Condições de reabilitação.....	418
3. Revogação.....	419
<b>25 A PUNIBILIDADE.....</b>	<b>420</b>
1. Considerações gerais.....	420
2. Condições de punibilidade.....	421
2.1 As condições objetivas de punibilidade.....	421
2.2 Ação penal.....	423
2.2.1 Conceito.....	423
2.2.2 Condições para o exercício da ação penal.....	427
2.2.3 Tipos de ação penal.....	428
2.2.3.1 Ação penal pública incondicionada.....	430
2.2.3.2 Ação penal pública condicionada.....	433
2.2.3.3 Ação penal privada.....	435
2.2.3.4 Ação penal facultativa.....	437
3. Causas extintivas da punibilidade.....	438
3.1 As chamadas escusas absolutórias.....	438
3.2 Outras causas extintivas da punibilidade.....	438
3.3 Causas extintivas da punibilidade em particular.....	439
3.3.1 Morte do agente (art. 107, I, do CP).....	439
3.3.2 Anistia, graça ou indulto (art. 107, II, do CP).....	439
3.3.3 Retroatividade da lei que não mais considera o fato delituoso (art. 107, III, do CP).....	440
3.3.4 Prescrição (art. 107, IV, do CP).....	441
3.3.5 Decadência (art. 107, IV, do CP).....	442
3.3.6 Perempção (art. 107, IV, do CP).....	443
3.3.7 Renúncia do direito de queixa nos crimes de ação privada (art. 107, V, do CP).....	444
3.3.8 Perdão aceito nos crimes punidos mediante a ação penal privada (art. 107, V, do CP).....	445

3.3.9	Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (art. 107, VI, do CP).....	445
3.3.10	Perdão judicial (art. 107, IX, do CP) .....	445
4.	<i>Excursus</i> – Operatividade da prescrição. A prescrição em particular.....	447
4.1	Da prescrição da pretensão punitiva .....	447
4.2	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva .....	450
4.3	Causas interruptivas e impeditivas da prescrição.....	450
4.4	Tipos de prescrição da pretensão punitiva.....	454
4.4.1	Prescrição da ação propriamente dita .....	454
4.4.2	A prescrição retroativa e superveniente.....	455
4.4.3	Prescrição intercorrente ou superveniente.....	456
4.4.4	A prescrição da ação pela pena ideal .....	457
4.5	Prescrição da pretensão executória .....	458
4.6	Penas restritivas de direitos e pena de multa.....	463
	<i>Referências</i> .....	465